

Demonstrações Contábeis

Confederação Brasileira de Remo

em 31 de dezembro de 2016.

Com relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

ÍNDICE

- I. Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis.

- II. Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2016.
 - a. Balanço patrimonial
 - b. Demonstração de superávit (déficit)
 - c. Demonstração das mutações do patrimônio social
 - d. Demonstração do Fluxo de Caixa

- III. Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2016.

I – RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES

CONTÁBEIS

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos

Administradores da

Confederação Brasileira de Remo.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Confederação Brasileira de Remo, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do superávit(déficit), das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Confederação Brasileira de Remo em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base da Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção e seguir intitulada "Responsabilidade do Auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Confederação de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no código de ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidencia de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações Contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Confederação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 07 de Abril de 2016.

Arruda & Matos Auditores Associados S/S.

CRCRS 004663/O-8

Fabricao Matos de Matos

Contador – CRC-RS 070630-O

CNAI/RS - 4126

Sócio Responsável

II - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM

31 DE DEZEMBRO DE 2016.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE REMO

CNPJ: 30.276.570/0001-70

Balancos patrimoniais

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Expresso em Reais

		<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
ATIVO			
CIRCULANTE		2.280.668	3.424.849
Caixa e Equivalentes de Caixa	Nota 3.1	1.911.404	2.301.349
Adiantamento a Terceiros		32.664	1.500
Créditos Patrocínio Petrobrás	Nota 3.2	336.600	1.122.000
NÃO CIRCULANTE		604.850	463.986
Imobilizado Líquido	Nota 3.3	604.850	463.986
Imobilizado		998.459	800.002
Depreciações e amortizações		(393.609)	(336.016)
TOTAL DO ATIVO		2.885.518	3.888.835

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE REMO

CNPJ: 30.276.570/0001-70

Balancos patrimoniais

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Expresso em Reais

PASSIVO

		<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
CIRCULANTE		1.077.145	1.859.583
Obrigações Sociais	Nota 3.4	41.850	37.121
Obrigações Tributárias		13.769	19.678
Provisão trabalhista		108.112	81.453
Adiantamentos COB	Nota 4.1	306.511	371.208
Adiantamentos CPB	Nota 4.1	55.415	8.822
Contas a Pagar		87.731	60.612
Obrigações Patrocínio Petrobras	Nota 4.2	336.600	1.122.000
Provisão para Contingências	Nota 4	127.157	158.689
NÃO CIRCULANTE		-	-
PATRIMÔNIO SOCIAL	Nota 5	1.808.373	2.029.251
Superávit Acumulado		2.537.279	2.105.653
Déficit Acumulado		(508.028)	(508.028)
Déficit do exercício		<u>(220.878)</u>	<u>431.626</u>
TOTAL DO PASSIVO		2.855.518	3.888.835

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE REMO

CNPJ: 30.276.570/0001-70

Demonstrações dos resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Expresso em Reais

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
RECURSOS	5.053.024	5.664.557
Lei Agnelo Piva – COB	3.468.811	3.522.948
Lei Agnelo Piva – CPB	798.813	694.609
Patrocínios(Petrobras)	785.400	1.447.000
OUTRAS RECEITAS	48.800	49.091
Taxa de transferência de atletas	17.800	26.164
Taxa Inscrição Atletas	7.900	7.900
Outras Receitas	23.100	15.028
(-)DEVOLUÇÕES	-34.150	-820.629
Devoluções Lei Piva COB	(17.374)	(703.978)
Devoluções Lei Piva CPB	(16.776)	(116.651)
RESULTADO FINANCEIRO	165.076	231.845
Receitas Financeiras	165.076	231.845
(=) TOTAL RECURSOS/RECEITAS	5.232.849	5.124.863
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	5.465.628	4.693.238
Despesas Recursos Lei Agnelo Piva – Cob	3.553.210	3.372.113
Despesas Recursos Lei Agnelo Piva – CPB	760.477	435.728
Despesas Recursos Próprios	1.139.941	874.962
(=) SUPERAVIT/ DÉFICIT DO EXERCICIO	(220.878)	431.626

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE REMO

CNPJ: 30.276.570/0001-70

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Social
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Expresso em Reais

DISCRIMINAÇÃO	Superávit Acumulado	Déficit Acumulado	TOTAL DO PATRIMONIO SOCIAL
Saldo em 31/12/2014	2.105.653	(508.029)	1.597.624
Superávit do Exercício	431.626		431.626
Ajuste de Exercícios Anteriores			-
Saldo em 31/12/2015	2.537.279	(508.028)	2.029.251
Superávit do Exercício	-	(220.878)	(220.878)
Ajuste de Exercícios Anteriores	-		-
Saldo em 31/12/2016	2.537.279	(728.906)	1.808.373

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE REMO

CNPJ: 30.276.570/0001-70

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Expresso em Reais

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit/(Déficit) do exercício	(220.878)	431.626
AJUSTES PARA CONCILIAR O superávit(déficit)do exercício e o caixa proveniente das atividades operacionais:		
- Depreciação e amortização	57.593	50.648
- Ajustes Exercícios anteriores	-	-
Variações no ativo		
Aumento Valores a receber	754.236	(933.995)
Variações no passivo		
Encargos Sociais	4.730	(14.065)
Tributos a Recolher	(5.909)	(6.530)
Obrigações c/ Pessoal	14.915	(2.730)
Provisões	(4.873)	(24.481)
Adiantamentos COB/CPB	(18.104)	380.030
Obrigações com Patrocinadores	(785.400)	1.122.000
Outros Passivos Circulantes	12.204	(4.651)
Outros Passivos Não Circulantes	-	(12.250)
DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS GERADAS PELAS (APLICADAS NAS) ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>(191.488)</u>	<u>985.601</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisições de bens do imobilizado	(198.457)	(83.402)
DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS APLICADAS NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	<u>(198.457)</u>	<u>(83.402)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Pagamento de empréstimos e financiamentos	-	-
DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS GERADAS PELAS (APLICADAS NAS) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	<u>-</u>	<u>-</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(389.946)</u>	<u>902.199</u>
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Saldo inicial das disponibilidades	2.301.349	1.399.150
Saldo final das disponibilidades	1.911.404	2.301.349
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(389.946)</u>	<u>902.199</u>

**III – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2016.**

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE REMO

CNPJ: 30.276.570/0001-70

Notas Explicativas

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016

NOTA 01 - Contexto Operacional

A confederação Brasileira de Remo, designada pela sigla CBR, sociedade civil de direito privado, de caráter exclusivamente desportivo, possui personalidade jurídica e patrimônios próprios, é uma entidade sem fins lucrativos com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CNPJ – 30.276.570/0001-70.

NOTA 02 - Apresentação das demonstrações contábeis

A Confederação Brasileira de Remo elaborou suas demonstrações contábeis com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, que levam em considerações os pronunciamentos emitidos pelo CPC.

Sumário das Principais Práticas Contábeis e Demonstrações

A Confederação elaborou suas demonstrações contábeis com base nos pronunciamentos emitidos pelo CFC, e os documentos apresentados contabilizados em conformidade com a legislação vigente.

NOTA 03 – Resumo das Principais Práticas Contábeis

NOTA 3.1 – Caixa e Equivalência de Caixa

Incluem numerários em espécie, depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata, conforme demonstrado abaixo:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Caixa	16.143,15	2.914,82
Banco C/Movimento	73.514,31	46.771,96
Aplicação Liquidez Imediata	1.821.746,16	2.251.662,41
Total	1.911.403,62	2.301.349,19

NOTA 3.2 – Patrocínio Petrobras

Foi assinado em 06 de Julho de 2015 contrato de patrocínio Nº 6000.0097712.15.2 com o Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras, no valor de total de R\$2.244.000,00(Dois Milhões duzentos e quarenta e quatro mil reais), cuja execução se dará em conformidade com o cronograma constante no

anexo II do mencionado contrato, e tendo saldo a receber para o ano de 2017 no valor de R\$ 336.600,00 (Trezentos e Trinta e seis mil e seiscentos reais).

NOTA 3.3 – Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição ou formação, deduzido pela depreciação dos bens, que é calculada pelo método linear às taxas anuais conforme legislação fiscal do Brasil.

A composição do Imobilizado é a seguinte:

Conta	Custo (R\$)	Depreciação acumulada. em R\$	Imobilizado Líquido 31/12/16	Taxa anual
Móveis e Utensílios	80.986,87	(70.097,73)	10.889,14	10%
Instalações	42.808,63	(24.233,88)	18.574,75	20%
Computadores, Software e Similares.	60.035,52	(59.675,49)	360,03	20%
Aparelhos de Comunicação	1.341,93	(1.341,93)		10%
Máquinas e Acessórios	38.214,32	(20.984,29)	17.230,03	10%
Troféus, Quadros e Medalhas.	13.304,76	(13.304,76)		25%
Embarcações e Remos	620.192,11	(203.971,07)	416.221,04	10%
Bens Adquiridos no Exterior	141.574,95			5%
Total	998.459,95	(393.609,15)	463.274,99	

NOTA 3.4 – Obrigações Sociais Fiscais e Trabalhistas

Referem-se substancialmente a encargos e contribuições a recolher com os valores refletidos até a data do balanço.

	2016	2015
Contribuições e taxas a recolher		
INSS a Recolher	33.714,86	30.011,42
FGTS a recolher	8.135,61	7.109,39
Total	41.850,47	37.120,81

NOTA 4 - Provisões para Contingências Trabalhistas

A Confederação é parte integrante em processos judicial de natureza trabalhista surgido no curso normal de suas atividades. A provisão de contingências constituída são registradas em relação àquelas causas, considerada como perdas prováveis, sofrendo ajustes no montante de R\$ 15.531,73(quinze mil, quinhentos e trinta um reais e setenta e três centavos), durante o ano de 2016, com reversão baseado nas posições apresentadas conforme relatório jurídico que totalizam R\$ 127.157,33(cento e vinte e sete mil, cento e cinquenta e sete reais e trinta e três centavos).

NOTA 4.1 – Adiantamentos COB e CPB – Projetos em Execução

Saldo dos recursos em andamento, objetivando facilitar os controles de projetos não utilizados no exercício.

	Saldo em 31/12/2016
Adiantamentos COB - Projetos em execução	306.511,01
Adiantamentos CPB – Projetos em execução	55.414,61

NOTA 4.2 – Patrocínio Petrobras a Realizar

Valor correspondente a mesmo valor reconhecido no ativo, como valores a receber de contrato do Patrocínio junto a Petrobrás, por conta das Obrigações exigidas neste contrato e que devem ser cumpridas pela CBR como condição para que os recursos de Patrocínio sejam recebidos.

NOTA 5 – Patrimônio Social

O Patrimônio social da Confederação é Constituído com os resultados acumulados nos períodos, acrescido pelo resultado apurado com os valores inerentes a atividade da Confederação ao termino do exercício social.

NOTA 6 – Devoluções

As devoluções são saldos não utilizados de projetos e constituem créditos a disposição da CBR sem vinculação com o exercício fiscal, sendo creditados em exercícios subsequentes, a partir da aprovação da respectiva prestação de contas do COB.

NOTA – 7 Demonstração dos fluxos de caixa

O método de apresentação da DFC é o método indireto, foi elaborado para o período de 2016 com a finalidade de melhor informação.